

Área Temática: Área 2 Nuevos paradigmas en la dimensión espacio-ambiental

Título de la Ponencia: Brasilia: monumental y secular

Autor(s):

Gabriela Tenorio

Frederico de Holanda

Institución(es): Universidade de Brasília

País: Brasil

Casilla electrónica del autor para contacto: gabrielastenorio@gmail.com

Resumen

La Explanada de los Ministerios es el lugar más emblemático de la capital brasileña. Su conjunto arquitectónico es parte de la "escala monumental", uno de los cuatro tipos morfológicos que constituyen la Brasilia declarada Patrimonio Cultural de la Humanidad por la UNESCO (1987). Convergen al lugar todos los días miles de trabajadores, procedentes de la zona metropolitana del Distrito Federal. Por lo tanto, la existencia de vendedores ambulantes en sus espacios públicos no sorprende. Ellos contribuyen a un reordenamiento del lugar mediante la adición de nuevos usos y la creación de un nuevo orden morfológico, trayendo un "sabor" secular y cotidiano al carácter mayormente expresivo de la Explanada. Son construcciones pequeñas y ligeras para loterías y para venta de periódicos, revistas, material de oficina, golosinas, comida y bebida, bolsos, juguetes etc. que resultan en continua presencia de personas en espacios más pequeños y mejor definidos. Recurrentemente, la prensa local y instituciones relacionadas al patrimonio atacan este "sabor", porque los vendedores "representan una agresión a la preservación de la ciudad." De ello adviene una ola de represión - la última fue en marzo de este año, un mes antes de la ciudad cumplir 50 años. Primer tema para discusión: como 39 locales de venta ambulante serán capaces de interferir en la "escala monumental" y "alterar el paisaje" de uno de los sitios mejor configurados de la capital, cuya poderosa estructura espacial se convirtió en el símbolo de la ciudad y uno de los símbolos del país? La poca especificidad de las leyes de preservación, que debería conducir a una mayor flexibilidad en el tratamiento de los problemas urbanos contemporáneos, está causando el efecto contrario. Autor del plan original de la ciudad, Lucio Costa hizo, en la década de 1980, un apelo para que no insistieran en lo que él llamó "el uso excesivo de la sectorización en el centro de la ciudad de Brasilia." Es decir, lo que comparece en la legislación como *ênfasis*, es interpretado por el gobierno local y los organismos vinculados al patrimonio como *exclusividad*. Segundo tema para discusión: no serán los vendedores ambulantes un síntoma de que algo le falta a este sector mono funcional, donde las pocas actividades que hay, a parte de las ofrecidas por las instituciones públicas federales, son internalizadas en los edificios ministeriales y no son accesibles a todos los usuarios del sitio? En los bocetos originales de la concepción de la ciudad, hay un edificio para comercio local y pequeños servicios de apoyo a los ministerios, que nunca se construyó, aunque esté previsto en las leyes de conservación. Sin que la población de la ciudad y ellos mismos lo sepan, los vendedores ambulantes cumplen las funciones del edificio inexistente. Al discutir la preservación, este trabajo sostiene que los vendedores ambulantes de la Explanada de los Ministerios están prestando un gran servicio a la "escala monumental" de Brasilia, enriqueciéndola con usos seculares y con una configuración complementaria en sus bordes.

Introdução

Brasília, cidade moderna tombada como patrimônio Cultural da Humanidade, possui a seguinte dicotomia: há a Brasília “projetada” e a Brasília “real”. A cidade projetada, que se encontra nos textos e esboços originais vencedores do concurso para a nova capital do Brasil, feitos em 1957 por Lucio Costa, traz a macroestruturação de seus elementos. É uma *concepção* e, como tal, exige-se de um detalhamento maior. Aos que estão familiarizados com o processo que se percorre da ideia à materialização (e funcionamento) dos lugares, fica claro que a cidade projetada é um “ponto de partida”, não um “ponto de chegada” para a cidade real. No entanto, com frequência, a visão de vários atores envolvidos com o funcionamento e a preservação da capital brasileira cidade é outra: nada que não esteja previsto na cidade projetada tem lugar na cidade real. Isso, independente de ser algo que trate dos pormenores compreensivelmente ausentes da cidade projetada – seja por questões de escala ou de dinâmica da vida real (imprevisíveis no momento da concepção). Assim, várias iniciativas que venham no sentido de preencher estas lacunas são coibidas sem que se analise o contexto em que elas surgem e os problemas que elas buscam – ainda que inconscientemente – minimizar. Este trabalho trata da questão do comércio informal na área central de Brasília, especificamente na Esplanada dos Ministérios, o lugar mais emblemático da cidade. Questiona a interpretação que imprensa, órgãos governamentais e de preservação dão à questão enquanto advoga em favor de uma prática que traz um sabor cotidiano ao caráter predominantemente expressivo do centro de decisões do país.

A Esplanada dos Ministérios

De acordo com a *Memória Descritiva do Plano Piloto*, de 1957 (doravante *Memória*) (Costa, 1995) os elementos constituintes da porção leste do Eixo Monumental, um dos dois eixos estruturadores da cidade, foram assim descritos:

Ao longo dessa esplanada – o Mall, dos ingleses –, extenso gramado destinado a pedestres, a paradas e a desfiles, foram dispostos os ministérios e autarquias (fig. 10). Os das Relações Exteriores e Justiça ocupando os cantos inferiores, contíguos ao edifício do Congresso e com enquadramento condigno, os ministérios militares constituindo uma praça autônoma, e os demais ordenados em sequência – todos com área privativa para estacionamento -, sendo o último o da Educação, a fim de ficar vizinho ao setor cultural... A Catedral ficou igualmente localizada nesta esplanada, mas numa praça autônoma, disposta lateralmente, não só por questão de protocolo, uma vez que a igreja é separada do Estado, como por uma questão de escala, tendo-se em vista valorizar o monumento, e ainda, principalmente por outra razão de ordem arquitetônica: a perspectiva de conjunto da esplanada deve prosseguir desimpedida até além da plataforma onde os dois eixos urbanísticos se cruzam (Costa, 1995)

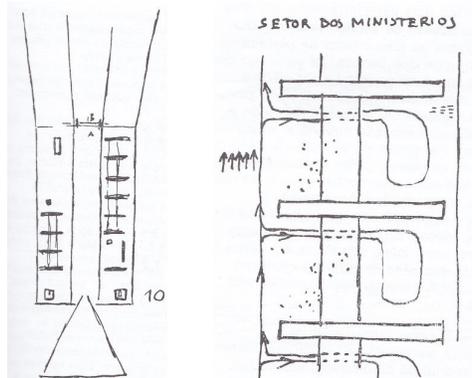


Figura 1. Croquis do Relatório do Plano Piloto de Brasília. O triângulo representa a praça dos três poderes. (Fonte: Costa, 1995)

Hoje a Esplanada dos Ministérios é formada por duas fileiras de edifícios idênticos, onde funcionam os diversos ministérios, complementadas por algumas edificações especiais – a Catedral e o Palácio do Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores), a sul, e o Palácio da Justiça, a norte. Separando-as, há uma extensa faixa gramada que culmina, a leste, com o edifício do Congresso Nacional, com suas duas cúpulas e seus anexos verticalizados – uma composição plástica tão pregnante que não por acaso tornou-se símbolo de Brasília e do país. A semelhança do conjunto edificado com a descrição gráfica e textual existente no Relatório do Plano Piloto de Brasília é impressionante (figura 2). No entanto, algumas propostas não se materializaram – para bem (os ministérios militares possuem o mesmo espaço público que os demais) ou para mal (um edifício longilíneo, que conectaria todos os edifícios e abrigaria atividades complementares às burocráticas, não foi realizado).



Figura 2. A Esplanada dos Ministérios (Fonte: Rodrigo Studart Correa)

Bacon, 1976, diz que uma coisa é delimitar o espaço com elementos estruturais, como paredes. Outra bem diferente é infundi-lo com um espírito que diz respeito às atividades que nele têm lugar, e que excita os sentidos e as emoções das pessoas que o utilizam. Contemplando a Esplanada dos Ministérios, não há dúvidas de que Lucio Costa atingiu este patamar tão caro à arquitetura: o da clareza e coerência por meio da manipulação cuidadosa dos cheios e vazios, da unidade e da diversidade. Esta é uma das razões pelas quais a imagem inicial que se tem do lugar é tão forte, indelével, e sua compreensão quase imediata.

No entanto, falamos aqui da estrutura maior do conjunto. Embora a *Memória* tenha sido eficiente em orientar a sua materialização, por razões óbvias não aprofundou em detalhamento, e o lugar admirável de ser contemplado, ao necessitar ser percorrido, apresenta limitações aos seus milhares de usuários: grandes distâncias, excessiva redundância, monofuncionalidade. Assim, pouco a pouco o espaço intersticial dos ministérios começou a ser preenchido por atividades informais que, em detida análise, acabam por remeter ao edifício não construído. Os pontos de venda dos ambulantes trazem o conjunto para a escala do pedestre, fazendo-o crer que as distâncias são menores; e oferecem outras atividades para o lugar, contribuindo para maior urbanidade: dão um sabor secular ao espaço sem enfraquecer seu caráter monumental (figura 3). Lamentavelmente, porém, há quem discorde e considere esta apropriação uma agressão à cidade, embora este posicionamento não seja corroborado por uma simples leitura dos documentos oficiais relacionados à preservação da cidade.



Figura 3. Ao lado de qual ministério parecerá mais agradável/interessante caminhar? Observar a mínima influência que os ambulantes têm na estrutura maior do local – a legibilidade dos edifícios não sofre interferência.

Agressão?

Em março de 2010, um mês antes de Brasília completar 50 anos, a imprensa trouxe a manchete: “Esplanada dos camelôs¹”, denunciando existência de vendedores ambulantes na Esplanada dos Ministérios. Afirmava a reportagem: “o comércio irregular altera a paisagem da Esplanada, representa uma agressão ao tombamento da capital e interfere na escala monumental idealizada pelo urbanista Lucio Costa”. Discutamos cada um dos argumentos apresentados.

O comércio irregular altera a paisagem da Esplanada – Colocado no sentido de alteração indesejável, este argumento não se sustenta ante à magnitude da Esplanada, e a todas as suas qualidades espaciais, já mencionadas anteriormente. Dizer que pouco menos de 40 bancas de comércio informal alteram a paisagem da Esplanada equivale a dizer que ela possui uma estrutura frágil que não favorece a formação de uma imagem mental consistente no observador, e que qualquer ambulante vendendo caramelos no trajeto pode interferir na nossa apreensão de uma composição espacial tão poderosa.

Agora, se quisermos, ao contrário, colocar a alteração no sentido de algo desejável, os ambulantes, sim, alteram a paisagem da Esplanada – para muito melhor! A simples observação do uso do espaço ao longo do dia dá conta da vida que eles ajudam a manter nas calçadas. As pessoas aglomeram-se em torno das bancas antes do início do expediente para tomar algo à guisa de café-da-manhã, cumprimentam-se, conversam. No meio da manhã ou no meio da tarde circulam entre as bancas para comprar algum lanche, e não raro voltam para o trabalho levando sacolas com frutas, biscoitos, sanduíches, guloseimas. Aproveitando sua hora de almoço, engraxam os sapatos enquanto os colegas lhes fazem companhia tomando sorvete à sombra de uma árvore. Vão à lotérica ou à banca de revistas (únicas atividades localizadas em um quiosque fixo), compram alguma coisa de que estão precisando ou que estão querendo: pilhas, capas para celular, bijuterias. Voltam para os ministérios caminhando vagarosamente, ainda bebendo alguma coisa e trazendo nas mãos panfletos que divulgam políticos, eventos, serviços.

A figura 4 mostra o fluxo aproximado de pessoas em um dia de semana de tempo bom, de 7h às 17h, em 6 pontos de contagem.

¹ Como são popularmente chamados os vendedores ambulantes no Brasil.

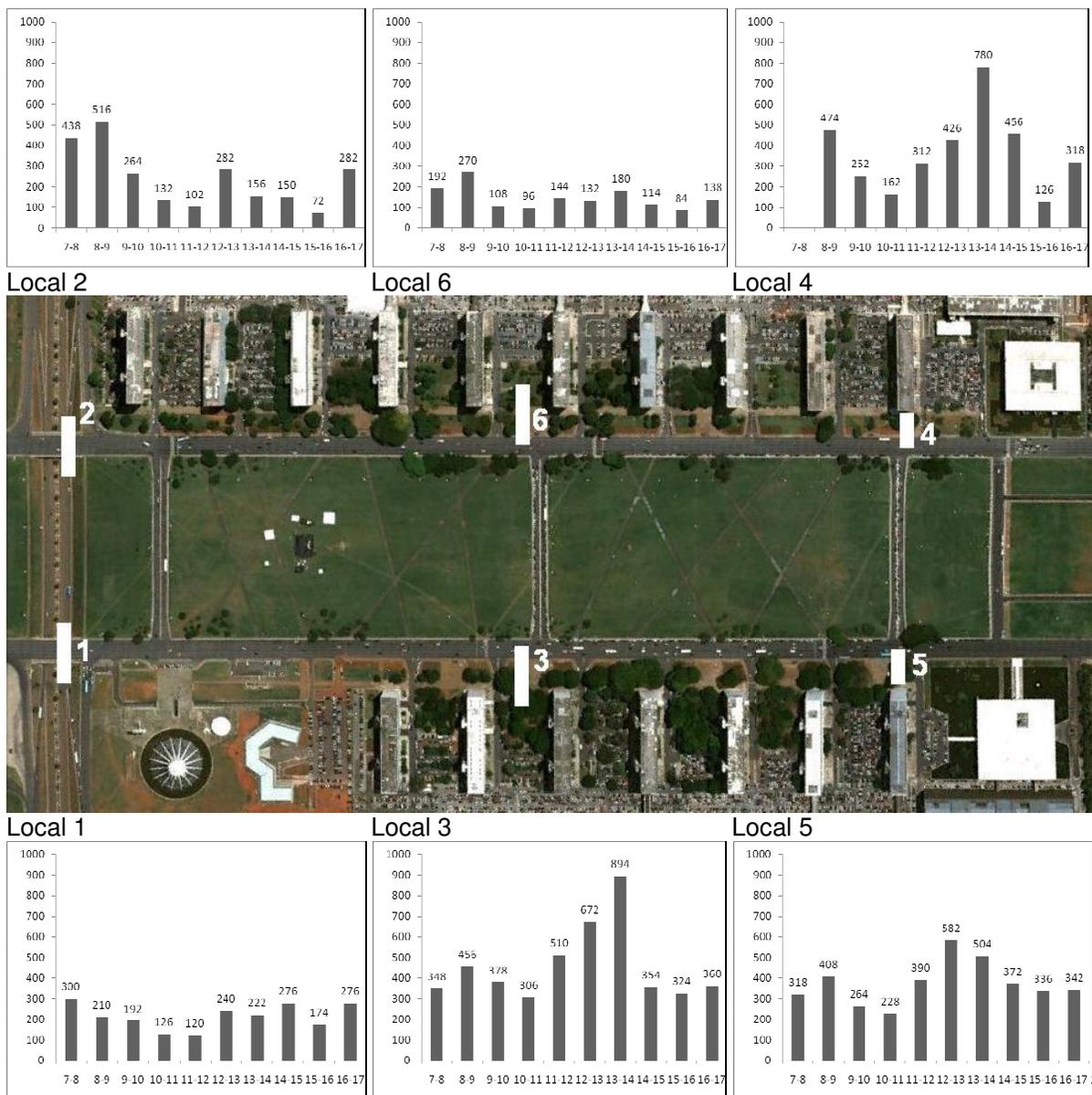


Figura 4 – Pontos de contagem e respectivos gráficos de fluxos de pedestres, por hora.

Os locais 1 e 2 são considerados portas de acesso à Esplanada por quem vem da rodoviária, localizada a oeste. Há um afluxo maior de pessoas no local 2, o que provavelmente está relacionado com o fato de haver mais ministérios do lado norte. No entanto, em vários horários é maior o fluxo de pessoas no ponto 1, e isso se deve explicar pelo fato de haver pessoas circulam entre a Catedral e o Museu da República, localizado entre a ela e rodoviária. Este contingente de pessoas apresentado não parece ter relação com a existência dos ambulantes.

Os locais 4 e 5 apresentam fluxo de certa forma equivalente, considerando-se que próximo aos dois pontos de contagem havia ambulantes (quatro no lado norte e oito no lado sul). O ponto 5 apresenta menos picos, provavelmente em função de próximo a ele localizar-se um ponto de ônibus.

A comparação mais interessante se dá entre os locais 3 e 6. Pode-se dizer que a situação representada em 3 é a típica de todo o lado norte, que não apresenta o mesmo índice de

utilização do lado sul, apesar de possuir três ministérios e seis anexos a mais que ele. No local 6 havia apenas um ponto de ônibus. No local 3, há o quiosque fixo onde funciona a banca de revistas/loja de conveniências, a lotérica e uma pastelaria, bem como mais cinco diferentes pontos de venda ambulante, além de locais para sentar. O quiosque fixo é um importante atrator de pessoas, mas não se analisou a fundo se é a ausência de um elemento como este no lado norte que o faz menos utilizado.

O comércio irregular representa uma agressão ao tombamento da capital – Vejamos o que diz a lei relacionada ao tombamento. A seguir, transcrevemos trecho da portaria 314, de 8.10.92, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN, que tem redação bem semelhante ao decreto 10.829, de 14.10.87, do Governo do Distrito Federal, no que tange à escala monumental:

A escala monumental, concebida para conferir à cidade a marca de efetiva capital do país, está configurada no Eixo Monumental, desde a Praça dos Três Poderes até a Praça do Buriti e para a sua preservação serão obedecidas as seguintes disposições:

(...)

- V. nos terrenos do canteiro central verde são vedadas quaisquer edificações acima do nível do solo existente, garantindo a plena visibilidade ao conjunto monumental;
- VI. a Esplanada dos Ministérios ao sul e ao norte do canteiro central, à exceção da Catedral de Brasília, será de uso exclusivo dos Ministérios Federais, sendo entretanto admitidas, tal como constam do Plano Piloto, edificações de acréscimo com um pavimento em nível de mezanino e sobre pilotis, para instalação de pequenos comércios e serviços de apoio aos servidores, no espaço compreendido entre o meio dos blocos e a escala externa posterior.

Os camelôs não se encontram no canteiro central verde – por conseguinte não ferem a cláusula V –, e a própria legislação considera as edificações de acréscimo, conforme previsto na *Memória* e, sendo assim, mesmo que em forma os ambulantes com suas bancas não contemplem a descrição arquitetônica, é inegável sua adequação quanto às atividades de apoio que prestam aos servidores. Em outras palavras, o comércio de rua não agride a legislação do tombamento: ao contrário, contribui para seu bom cumprimento. E mais contribuiria se melhor fosse o desenho de suas estruturas e mais organizada fosse a sua disposição. A figura 5 mostra a disposição dos camelôs em março e em setembro de 2010.

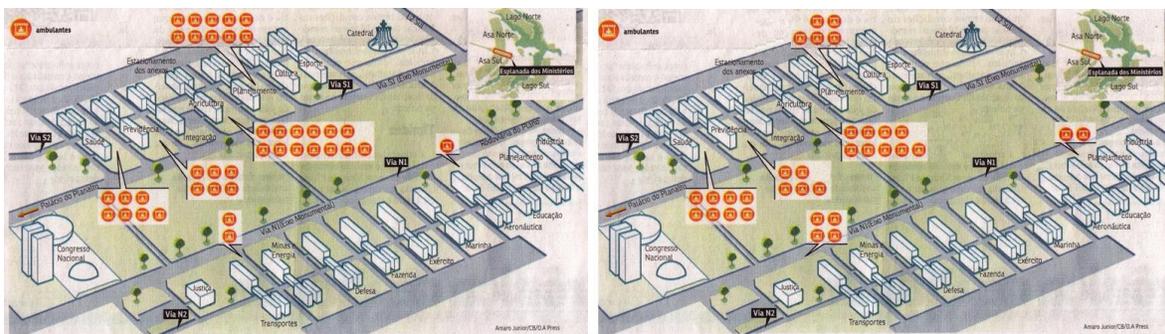


Figura 5 – Ilustrações esquemáticas da disposição dos ambulantes na Esplanada em 03.03.2010 (quarta-feira), segundo levantamento feito pela equipe do jornal Correio Braziliense (à esquerda); e em 16.09.2010 (quinta-feira), segundo levantamento dos autores (à direita). Observar a constância na escolha dos locais, o predomínio do lado sul e o reforço mútuo dos ambulantes pelas localizações concentradas em poucos pontos (Adaptadas de Amaro Júnior in MADER, 2010)

O comércio irregular interfere na escala monumental idealizada por Lucio Costa – Não se explicita a maneira pela qual se afirma que esta interferência se dá, mas pensemos sobre ela, ainda assim. É bem verdade que, não sendo regularizados, os ambulantes distribuem-se de forma aleatória ao longo das calçadas que unem os ministérios, suas bancas não apresentam

unidade e há certas questões com a geração de lixo, por exemplo. No entanto, a escala dos camelôs é desprezível frente à escala monumental. Além disso, pelo fato de eles encontrarem-se principalmente sob as copas das árvores, e de a estrutura em que montam suas mercadorias ser simples e leve, chegam a ser quase imperceptíveis mesmo para quem não está muito distante do local onde se encontram. O que eles fazem, sim, é atrair público e reter as pessoas um pouco mais nos espaços públicos. Ou seja, dizer que os ambulantes interferem na escala monumental é quase como dizer que as pessoas andando e permanecendo nas calçadas da Esplanada interferem na escala monumental, o que em última análise significaria dizer que o lugar foi feito para ser visto, não para ser usado – que a cidade “projetada” deve preponderar sobre a cidade “real” (figura 6).



Figura 6. A presença dos ambulantes é praticamente imperceptível mesmo para o pedestre que se aproxima das calçadas arborizadas que unem os ministérios de um e outro lado.

Conclusão

Os espaços urbanos mais ricos da história são complexos, implicando percepção em diferentes escalas e superposição de funções. Assim é com *Champs Élysées* (Paris) ou com o *Mall* (Washington), explicitamente citados por Lucio Costa como referências importantes para o projeto de Brasília. Incorporar novos usos à Esplanada dos Ministérios significaria enriquecer física e socialmente o lugar. Fisicamente, na medida em que uma micro escala de desenho soma-se à escala monumental. Socialmente, porque as atividades complementares (e necessárias) discutidas neste texto significam uma ambiência urbana mais amigável para com o usuário, funcionário ou não. Ademais, mostramos que nenhum dano ocorreria ao lugar, pelo contrário. É urgente entender, sem preconceitos, o que ocorre hoje no lugar, e rever com atenção os pressupostos do próprio projeto, que prevê as atividades que a “indisciplina” do “homem comum” (CERTEAU, 2000) trouxe para o lugar. Preconceito e ignorância precisam deixar de ser os pilares que sustentam a gestão do sítio tombado de Brasília.

Bibliografia

- BACON, Edmund. *Design of Cities*. Nova York : Penguin, 1976.
CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano – vol. 1*. Petrópolis: Vozes, 2000.
COSTA, Lucio. "Brasília 57-85 (do plano-piloto ao Plano Piloto)". Brasília: Governo do Distrito Federal, Convênio SVO/DAU - Terracap/DITEC, 1985.
COSTA, Lucio. *Lucio Costa: registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.
MADER, Helena (2010) “Camelódromo na Esplanada”, Brasília: Correio Braziliense, 04/03/2010.